

## EM LOUVOR DA CRIA[C]TIVIDADE ÉTICA

«(...) Mas agora que esta versão escrevi,  
Algo me avisa já para não parar aí.  
Vale-me o Espírito, já vejo a solução,  
E escrevo, confiante «Ao princípio era a Acção!»<sup>1</sup>

E a acção [se] fez palavra... Assim poderíamos captar o vislumbre de um périplo com sentido – e consentido –, assinalando a itinerância ontológica do Verbo em Acção para um Verbo incarnado em Acto. Acto, entenda-se, porque Acção habitada em discursividade activa e actuante no mundo da Vida e na vida do Mundo.

Convoco, a propósito, a autorizada síntese “bio-gráfica” – no sentido de uma vida narrada em *itinerância de escrita*, pois que com os pés também se escreve, caminhando – de Américo Pereira, segundo a qual: «(...) o termo que melhor define a posição de Cerqueira Gonçalves é ação (...). Ação que constitui o núcleo central do real (...) em que o *bios* e o *logos* se fundem, na construção de uma morada que é não só estância, mas também útero criador dessa novidade radical que antecede e supera toda a oposição entre unidade e multiplicidade, numa descoberta do irreduzível ser próprio da diferença: manifestação da perene riqueza criadora de outro metafísico universo de possibilidades, húmus onde tudo mergulha as suas raízes. (...) Criação partilhada de um mundo, holisticamente assumido, espaço aberto, onde todos

1. GOETHE Johann W., *Fausto* [= *Faust. Eine Tragödie* (1788/90), Tübingen: J. G. Cotta'schen Buchhandlung, 1808], trad. João BARRENTO, Lisboa: Relógio d'Água, 1999, 1223 ss.

encontram lugar para a sua presença, tempo para o seu devir próprio, possibilidade de agir na construção de um grande sentido, feito da integração de todos os sentidos interatuantes (...). Estas algumas das preocupações filosóficas fundamentais de Cerqueira Gonçalves, (...) marcando não apenas os seus escritos, sempre em busca de original síntese, como a sua atividade pedagógica e cívica, sempre orientada para o despertar das consciências, na sua vocação de liberdade (...).»<sup>2</sup>

A partir desta preliminar incursão “bio-gráfica”, gostaria de enfatizar, ainda que de forma muito tangencial e meramente prospectiva, alguns aspectos do que, sem a mínima hesitação, considero ser o travejamento da original e fecunda reflexão ética de J. Cerqueira Gonçalves, começando por me deter num texto da sua lavra – texto pequeno na comedida extensão das linhas redigidas, mas amplo, denso e multifacetado na sua envergadura heurística –, justamente intitulado *Criatividade ética*.<sup>3</sup> Por deliberado e calculado risco, decidi, no título que encabeça as linhas deste meu breve contributo reflexivo, intercalar um “c” entre parênteses rectos na palavra **cria[c]tividade**, de molde a dilatar o campo de possibilidades interpretativas pelo entrecruzamento de uma dupla perspectiva:

1. por um lado, o constante apelo do Autor a uma criação original, em virtude da qual «a ética não repete o que já foi manifestado, mas procura o novo»<sup>4</sup>;
2. por outro lado, a sua provocadora abordagem ao conceito de acção humana, perspectivando-a como um “a-fazer” em acto relacional, no

2. PEREIRA Américo, «GONÇALVES, Joaquim Cerqueira», in *Dicionário Crítico da Filosofia Portuguesa*, coord. ML Sirgado Ganho, Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2016, 234-235

3. GONÇALVES Joaquim Cerqueira, «Criatividade ética» [= in *Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Abranches de Soveral*, 14, 2.a série, Porto: Revista da Faculdade de Letras — Filosofia, 1997, pp. 73-78], in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, pp. 203-208

4. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 206; destacado nosso.

suposto de que a «liberdade é mais uma actividade de relação do que de autonomia»<sup>5</sup>.

Nessa bipolaridade cria[c]tiva, emerge, todavia, um conjunto de problemas e de aporias que J. Cerqueira Gonçalves não deixará de enfrentar, visto que a reflexão sobre a ética – sejam quais forem os rótulos que esta exhiba – assume, em seu entender, determinadas configurações conceptuais e discursivas que só serão suficientemente clarificadas, na sua expressão filosófica, escavando o subsolo da cultura ocidental.<sup>6</sup>

Sem nunca perder de vista esse enraizamento cultural, a reflexão (sobre a) ética de J. Cerqueira Gonçalves não se furta ao desafio de uma problemática clivagem. Com efeito, enquanto leitor atento de Paul Ricoeur, autor cuja obra hermenêutica conhece como poucos – e por isso com o qual dialoga sem provincianos deslumbramentos nem disfarçadas subserviências –, o pensador franciscano não se exime em ir a jogo na controversa distinção entre “ética” e “moral”<sup>7</sup>, conferindo-lhe, no entanto, uma fisionomia de recorte mais ontológico:

«Acolha-se, ou não, a distinção entre ética e moral, dificilmente a primeira consegue dissociar-se do carácter predominantemente normativo da segunda. É a instância do dever-ser que se impõe frequentemente, contrastada com a do ser. É também o modelo da lei a sobrepor-se ao da manifestação espontânea e inédita, mas nem por isso destituída de ordem racional. É ainda a tendência a circunscrever-se a ética ao âmbito estrito da antropologia, para re-

5. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, *op. cit.*, 208; destacado nosso.

6. Cf. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, *op. cit.*, 205

7. Vide a propósito RICOEUR Paul, «Éthique et Morale» [confér. au Colloque org. par l'Institut Catholique de Paris sur le thème “L'Éthique dans le débat publique”, 1989], in *Revue de l'Institut Catholique de Paris* 34 (1990) 131-142; reprod. dans «Éthique et morale», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 46 (1990) 1, 5-17 [reed. in *Lectures 1. Autour du Politique*, Paris, Seuil, 1991, 256-269]

ger o comportamento humano, cuja fundamentação é procurada no solo da natureza humana, tenha esta, ou não, por sua vez, um enraizamento ontológico.»<sup>8</sup>

Ciente de um excessivo antropocentrismo da ética, a aposta do Autor em descentrá-la do seu reduto epistémico para uma coabitação com outros saberes expressa uma liminar recusa em conceber a acção humana hipotecada ao cego fatalismo dos acasos e casualidades. Desvirtuada por sucedâneos deficientemente traduzidos aqui em normativismos de matriz cognitiva<sup>9</sup>, ali em axiologismos de expressão formal<sup>10</sup>, acolá em deontologismos de recorte jurídico<sup>11</sup>, nem sempre a ética se afigura imune ao intuito marcadamente objectivista de, por um lado, “naturalizar” a acção humana e, com isso, tentar, por outro, “neutralizar” o carácter radicalmente contingente do exercício daquela. Todavia, sabêmo-lo bem, num mundo desprovido de contingência não haveria lugar para o que, no final de contas, constitui o *pathos* e o *ethos* de uma vida (em) prática. Postula-se uma ética da contingência, sim, mas não circunstancialista; uma ética atenta ao indivíduo, sem dúvida, mas não individualista; uma ética de inusitada provocação *poiética*, evidentemente, mas não de ardiloso intento em procurar manipular ou desqualificar o outro, descurando o horizonte fiduciário em que a acção intersubjectivamente se inscreve.

Desta feita, quer pela tentação de remetê-la para o perímetro moralizante de uma gestão mais ou menos externalista e farisaica do comportamento individual e colectivo, quer pelo intento de expulsá-la para as longínquas periferias de uma dita *hard science*, tende-se, ainda por cima, a exigir à ética a remanescente e paradoxal tarefa de domesticar o tempo vivido da acção, bem como o imprevisível devir histórico

8. GONÇALVES Joaquim Cerqueira, «Criatividade ética», in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 203

9. Cf. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 204

10. Cf. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 204-205

11. Cf. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 205

dos seus enraizamentos, o que, segundo J. Cerqueira Gonçalves, equivaleria a manietá-la à lógica «do imutável, que facilmente se confunde com o passado, com o costume, guindando o estatuto do passado ao da intemporalidade».<sup>12</sup>

Nessa atmosfera de marcado “teor cienticista”, germina e prolifera, de resto, a confusão generalizada e massiva entre “erro” e “mal”:

«O mal (...) propende muito justamente a confundir-se com o erro, na medida em que lesa o padrão normativo estabelecido, tendo apenas na possível rebelião que acompanha, eventualmente, a consumação do erro, o carácter de mal ético. A confusão entre mal e erro, mas, sobretudo, a redução do primeiro ao segundo, assentam, com certa espontaneidade, numa ética que pretende ser ciência, sendo o mal, prioritariamente, um atentado contra a inteligência, ainda que nele intervenha a vontade.»<sup>13</sup>

O mal, com efeito, entranha-se na vontade e no coração, e, quando muito, estranha-se na mente ou na inteligência (apenas neste sentido, o mal “dá-se a” ou “dá que” pensar...); ele vegeta na malevolência, no egoísmo e na crueldade, de modo algum na ingenuidade, na idiotice e na estupidéz. Por isso é que desculpamos um erro cometido por ignorância, lapso ou equívoco e, ontologicamente falando, podemos, apesar de tudo, perdoar um mal cometido por malvadez, má-fé ou iniquidade. Por isso, devolvendo de bom-grado as palavras ao Autor, «se quiséssemos saber em que consiste o mal, (...) diríamos que é o bloqueamento (...) do ser, o seu afunilamento – que tem, no egoísmo, a contrapartida da generosidade –, entendido também em sentido ontológico»<sup>14</sup>, tanto mais que, como o mesmo refere noutra latitude reflexiva, «a experiência do ser é

12. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 204

13. *L.c.*

14. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 206

sempre vivência de dom, não posse ou decepção de derrota, por natural incapacidade».15

Ora, é precisamente na economia do saber ocidental que a ciência, ao obedecer aos ditames programáticos de uma racionalidade unívoca, quantificadora e preditiva sobre o que presumiu serem os escombros de uma ontologia supostamente dismantelada e superada mediante um persistente e meticuloso programa analítico de invalidação do linguajar metafísico, origina um mal-entendido a que dificilmente a ética, segundo J. Cerqueira Gonçalves, poderia escapar imune:

«(...) precisamente porque carece dos requisitos epistemológicos exigidos pela ciência, (...) dir-se-ia que o não apontar para o dever-ser reduziria a latitude do ser a situações de facto, alternativa que sempre a ética desejou superar. Na realidade, não se trata de tal redução. O que sucede é que a distância entre o que é e o que pode ser ou deve ser não se costuma fazer em termos de desenvolvimento histórico, mas, antes, em forma de dicotomia entre a consumação diversificada do facto e o padrão de direito que se estabelece. Para complicar a situação, sendo porventura este o elemento mais melindroso, o dever-ser é apurado consoante os desígnios antropomórficos que, mesmo não reconhecidos, estão sempre limitados pelo círculo de uma cultura, ao interpretar a natureza.»16

Não há que estranhar, por conseguinte, o apelo hermenêutico a uma ética ontológica. Contudo, do que se fala quando falamos em “ética ontológica”? Não escamoteará essa expressão uma subtil e incómoda *contraditio in terminis*? Ora, sucede que somente uma ontologia da relação pode dissolver aquilo que, em tal inquetação, não passa de artificioso e rebuscado contrassenso. Mais do que manipulação para “ser x, y, ou z”, a acção propicia a manifestação do que “está-aí”, “aí” em acto de feno-

15. *Idem*, *Fazer Filosofia. Como e onde?*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 68

16. *Idem*, «Criatividade ética», in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 205

menal doação e relacional presença. Esclarece, a propósito, J. Cerqueira Gonçalves:

«(...) as atracções e peripécias de averiguação do dever-ser são mais inconsistentes e menos irrecusáveis do que a instância do ser, embora este não caiba na categoria de imobilidade, antes aponta para o constante brotar da manifestação. Quer isto dizer que, enraizada a vida humana no ser, incumbe a esta, pela sua vocação ontológica, consentir a participar nessa dinâmica de manifestação, sem estabelecer quaisquer orientações aprióricas, imutáveis e formais. Poder-se-ia afirmar que a única orientação a estabelecer ou a única legislação a respeitar consistirão em não bloquear esse ímpeto de manifestação. É hoje usual designar esta tarefa de expressão ontológica por hermenêutica (...). Por outro lado, não basta enraizar a ética no solo da hermenêutica, já que toda a actividade humana pode ser caracterizada de hermenêutica, ainda a da construção científica, sem que preencha os requisitos de uma ética ontológica (...).»<sup>17</sup>

O que implicará, então, ser, ou antes tornar-se “virtuoso” em máximo grau de possibilidade, no horizonte mais vasto de uma ética ontológica, tal como a preconiza J. Cerqueira Gonçalves? A resposta não tarda, na sua fulgurante irradiação:

«se quiséssemos averiguar qual a virtude que acompanha a ética de enraizamento ontológico, diríamos, então, que seria a generosidade, precisamente a generosidade ontológica da manifestação do ser, de que a acção humana é uma das expressões.»<sup>18</sup>

Ora, será justamente a partir desta enunciação ontológica que, após assinalar a persistência de uma excessiva antropomorfização da virtude – mercê da qual se sedimentaram em pauta cultural ocidentalizada alguns equívocos relativos à natureza da ética e em face dos quais Sto.

17. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, *op. cit.*, pp. 205-206

18. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, *op. cit.*, 206

Agostinho já se teria, de resto, precavido<sup>19</sup> – o nosso Autor concebe um original quadro interpretativo para o que designa de **criatividade ética** e que ousamos formular sinteticamente em quatro enunciados:

1º a ética não se esgota apenas no mero cumprimento de normas, mas adquire máxima amplitude enquanto comprometida como tarefa de manifestação do ser:

«a ética não repete o que já foi manifestado, mas procura o novo, emprestando sentidos inéditos ao dado de onde parte. De facto, o mal será a repetição, a indolência, a não fidelidade ao ímpeto de manifestação do ser»<sup>20</sup>;

2º a ética não se contrapõe à dinâmica aberta da historicidade, bem pelo contrário, projecta-se na temporalidade da acção:

«não se trata já da alteração, no tempo, de normas tidas por imutáveis, mas, antes, de manifestações novas do ser, onde tem flagrante pertinência a articulação entre o passado, o presente e o futuro, já que o ser é o a dado irrecusável donde se parte e se manifesta no presente, apontando para o futuro»<sup>21</sup>;

3º a ética envolve a dimensão do agir no seu todo, mas, enquanto vector indiciário de explicitação ontológica, não se cinge exclusivamente à dimensão humana:

«teremos (...) de conduzir a ética à (...) ontologia, o que, a suceder, a intensa manifestação da actividade humana, em vez de revelar tendências predadoras, desenvolverá harmoniosamente toda a diversidade do real, que, aliás, vai ao encontro das próprias possibilidades humanas»<sup>22</sup>;

19. Cf. L.c..

20. L.c.

21. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 207

22. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. II: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., 208

4º a ética evoca um horizonte de liberdade cujo exercício traduz mais uma actividade de relação do que de autonomia

«a liberdade» não se define pelo estabelecimento de horizontes de limites, não fazendo mesmo grande sentido a consabida sentença, segundo a qual a liberdade de cada um deve ter apenas o limite na liberdade dos outros. Pelo contrário, a tarefa da liberdade consuma-se pela amplitude cada vez mais dilatada da liberdade dos outros, já que faz parte da vocação para a liberdade e sinal da sua fecundidade tornar-se fonte de outras liberdades, (...) «e» intensificando a sua liberdade consoante participa no desenvolvimento da liberdade dos outros»<sup>23</sup>.

Afigura-se indiscutível até que ponto J. Cerqueira Gonçalves oferece no texto *Criatividade ética* uma original e inovadora perspectiva *ontopoiética* cujas implicações **ontológicas** (no tocante à fenomenalidade criativa do ser), **hermenêuticas** (no que concerne à historicidade aberta do sentido) e **relacionais** (no que se refere à promoção inexcedível da liberdade) são merecedoras de atenta e demorada leitura. Ainda assim, é possível reler o desígnio ontológico de uma ética cria[c]tiva em pauta mais enriquecida, convocando para o efeito um texto do Autor cujo influxo, seja-me permitido o intrusivo tom de depoimento pessoal, deixou indelével rasto no itinerário da minha formação filosófica. Refiro-me a *Fazer filosofia. Como e onde?*<sup>24</sup>

Julgo que a interconexão entre os dois hemisférios textuais reforça e enriquece reciprocamente todo o potencial interpretativo que de ambos se desprende. Dessa intertextualidade resulta, logo em primeira mão, uma significativa antecipação da reflexão ética de J. Cerqueira Gonçalves a teses que, em similar vislumbre, retomam os mesmos passos, embo-

23. L.c.

24. Vide *Idem, Fazer Filosofia. Como e onde?* [= Braga: Ed. Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 1990, 1995(2)], in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 63-122

ra movendo-se em territórios mental e culturalmente distintos.<sup>25</sup> Seja como for, o fundamento que confere solidez e originalidade à posição do filósofo franciscano advém da tese segundo a qual a Filosofia se pode *fazer*, cunhando para o efeito a feliz expressão «natureza poiética da Filosofia», apesar do evidente embaraço que tal designação possa gerar para quem «vê com relutância uma aproximação entre artífices e filósofos»<sup>26</sup>; e a razão é bem simples de explicar, na medida em que

«o entendimento da filosofia como um fazer não tem sido objecto frequente de reflexão, por se considerar que o movimento do fazer não preserva as insubstituíveis características do saber filosófico – *necessidade e universalidade*. Ao fazer seriam inerentes a contingência e a temporalidade, que se oporiam às exigências da verdade. (...) Essa indeclinável – e incómoda – caracterização era, contudo, atenuada pela perspectiva da sua natureza ética que, por ser interior ao processo humano de pensar, estava menos exposta às contingências das alterações exteriores, tal como as do saber poiético.»<sup>27</sup>

Diagnosticados os entraves e obstáculos que subjazem à intransigente desqualificação ontológica do *fazer* face ao *agir*, J. Cerqueira Gonçalves pode acenar a uma irrecusável dimensão artesanal da filosofia, segundo a qual

«ao associar-se filosofia e fazer, cada um destes termos irá ganhar um sentido novo, imune de oposição e contrastes: (...) fazer é agir, tal como aquele é constitutivo deste. Sendo a acção de filosofar eminentemente complexa, é natural que entre os seus diversos factores

25. Refira-se, a título de exemplo, John Wall, ao defender uma espécie de simbiose praxiológica entre 1. «creative activity of poetics», 2. «poetic rationality» e 3. «poetic dimensions of morality»: WALL John, «Phronesis, Poetics and Moral Creativity», in *Ethical Theory and Moral Practice*, 6 (2003) 2, 323

26. Toda a primeira parte do *Fazer Filosofia. Como e onde?* se posiciona justamente sob o signo hermenêutico dessa dimensão poiética: vide «Filosofia: um Fazer», in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 63-86

27. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 63-64

intervenientes se gere uma tensão que conduz, por sua vez, à sobreposição de uns sobre outros. É assim que, [...] o prestígio do fazer emergiu de outros quadrantes que, de certo modo, obrigaram a filosofia a vê-lo também no seu foro. Não se trata, por outro lado, de uma subordinação da actividade filosófica a tarefas menos nobres, mas antes do discernimento de planos verdadeiramente universais, onde a filosofia se encontre com toda a acção humana.»<sup>28</sup>

Posto isto, podendo e querendo levar ao limite o sentido extremo de uma teorização ética que, em última análise, vincula a “filosofia prática” e a “prática filosófica” a uma retroactiva circularidade hermenêutica, nenhum executante do *métier* filosófico se deveria furtar eticamente ao duplo gume uma contundente indagação: **O que é que a filosofia faz de mim quando eu a digo? O que é que a filosofia diz de mim quando eu a faço?**<sup>29</sup>

Nesta *circularidade poiética* em que Ética e Filosofia se vinculam ontologicamente a um inadiável e inédito *a-fazer*, J. Cerqueira Gonçalves reposiciona com desassombro o estatuto *logóico* quer da racionalidade, quer da linguagem.

No que à racionalidade diz respeito, esta

«(...) não é uma estrutura, quadro ou lei fixos, definitivamente constituídos, a servir de paradigma e a regular todos os esboços e reiteraões. Ela é, pelo contrário, a própria realidade com sentido,

28. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 64-66

29. Muito haveria para dizer relativamente à forma como a ideia de «natureza poiética da filosofia» entreabre as portas à posição adoptada, por exemplo, por Pierre Métivier, para quem, ao comentar a ética de Aristóteles, «la philosophie ici, dans l'intelligence même des réalités morales et dans la constitution d'un ensemble fondé, **s'élabore dans un “dire” et dans un “construire” de la fin**: en d'autres termes, les principales réalités morales sont moins saisies en elles-mêmes que dans leur rapports à ce “dire” e à ce “construire” du souverain bien de l'homme, de son bonheur. Ce mélange donne une **philosophie pratique**, qui réfléchit sur le bien de l'homme, sur l'agir qui y conduit et sur sa réalisation, une **philosophie qui se dit et s'agence** (...): MÉTIVIER Pierre, *L'éthique dans le projet moral d'Aristote. Une philosophie du bien sur le modèle des arts et techniques*, Paris: Les Éditions du Cerf, 2000, 550; destacado nosso.

que emerge na acção, nesse processo de constituição de um todo organizado. Por isso mesmo, a racionalidade não pode ser reduzida aos esquemas mentais humanos, porque estes são também alimentados pela racionalidade mais radical e global da própria estrutura da acção. [...] A negligência desta irrecusável marca da racionalidade é em grande parte responsável por uma assaz comum atitude da filosofia, ao não sentir a necessidade de construir um mundo, de criar um conteúdo novo e inédito. A ela se deve também um sentido passivo de filosofia, que vê, mas não transforma, dificultando assim, as características poiéticas do saber filosófico.»<sup>30</sup>

Já no que à linguagem concerne,

«sendo o mundo o horizonte da acção e tecendo-se o sentido daquele na linguagem, é de presumir que haja recíproca determinação entre filosofia e linguagem. [...] É por isso que o fazer da filosofia se inscreve intencionalmente no fazer da linguagem, podendo esta esclarecer aquele em muitos aspectos. [...] Da mesma sorte que se associa o exercício filosófico à operação da linguagem, também se deve aproximar de outras constitutivas actividades humanas, em muitos aspectos afins do fazer filosófico, que entram também na estrutura da acção. É privilegiado, a este respeito, o fazer do trabalho e da arte, o qual muito pode esclarecer a tarefa da filosofia (...) como um fazer (...) e acentuar o seu carácter de artefacto, se bem com notas específicas.»<sup>31</sup>

Antes de terminar este breve périplo – que se pretende também acto de tributo e homenagem – gostaria de tecer algumas considerações que, de forma mais ou menos perpendicular ou oblíqua, muito devem à concepção poiética de eticidade, tal como J. Cerqueira Gonçalves a concebe.

30. GONÇALVES Joaquim Cerqueira, *Fazer Filosofia. Como e onde?*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 70-72

31. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 72, 74, 76

Antes de mais, importa não perder de vista até que ponto o exercício habituado ou habitual da virtude adquire plena densidade teleológica graças a uma espécie de “manufatura” da acção, no interior da qual “fazer bem” é já uma forma fenomenologicamente intencional(liza)da de “fazer o bem”. Nesse sentido, visto que o exercício da virtude deve ser elevado ao máximo das suas mais dilatadas possibilidades em cada acto decisionário, tudo indica que não é por sermos virtuosamente bons no plano moral que necessariamente tomamos boas decisões seja no plano técnico da escolha eficaz e adequada dos meios face aos fins, seja no plano ético da relação intersubjectiva ou interfacial; dir-se-ia antes que, de um ponto de vista onto-praxio-lógico, a probabilidade de nos tornarmos eticamente bons varia na proporção directa da capacidade poética para modelarmos bem as decisões na sua efectivação prática e relacional.

Cada acto virtuoso torna fenomenicamente legível uma acção à qual compete, em última análise, testar e pôr à prova, avaliar e validar, o(s) discurso(s) “sobre” a prática da virtude. Inverter a ordem desta polaridade equivale, nalguns casos, a resvalar para um jactante e insuportável moralismo maquilhado de virtude, cujo objectivo não é outro senão mostrar ou impor aos outros aquilo que farisaicamente nunca se alcança e consuma para si próprio. O modo de “fazer a acção” urde, por conseguinte, um **texto** no qual o discurso “da acção” já se constitui em si mesmo como **narrativa ética em acção**.

Por outro lado, a ética acolhe também o domínio ontologicamente mais vasto e profundo onde se joga o sentido da auto-realização do agente, enquanto «fazedor-do-mundo», envolvendo, por conseguinte, aquilo que, pela discursividade da sua acção, cada indivíduo patenteia de mais próprio, singular e pessoal, enquanto artífice e cuidador do sentido em que, de infinitos modos possíveis, o ser (se) diz (n) o mundo. A posição de J. Cerqueira Gonçalves é, a esse propósito, inequívoca:

«ao dom da realidade, que somente na globalidade da acção pode ser acolhido, responde o filósofo com o fazer do mundo, nesse descentramento disponível e generoso, que excede sempre os pseudo-limites de uma artificiosa finitude.»<sup>32</sup>

Na infinita urdidura desta «poética do mundo», nada pode endossar, substituir, ofuscar ou alienar a obra individual de uma decisão tomada ou feita: tomar ou fazer as decisões por inteiro, mantendo-nos inteiros nas nossas decisões, eis um prolegómeno com futuro a toda a acção humana que pretenda auto-realizar-se intersubjectivamente, porventura como resposta ao admirável e exigente apelo de Emmanuel Mounier a uma *décision créatrice* que «prise dans l'obscurité (...) devient l'origine créatrice d'un ordre nouveau et d'une intelligibilité nouvelle, et pour celui qui l'a prise, d'une maturité nouvelle.»<sup>33</sup>

Enquanto *obra-a-fazer* entrelaçada nas infinitas possibilidades de *fazer-o-mundo*, cada acção humana

«é caracterizada por uma dinâmica expansiva e relativamente autónoma, efectuando um conteúdo e perseguindo um resultado – um feito –, que está na intencionalidade do processo do fazer, retirando-lhe, por isso, a possibilidade de este se fechar em si mesmo. (...) Mais do que diluir a acção em um conteúdo inerte, trata-se, antes, neste processo, de ver a acção como um conteúdo significativo, onde a estrutura das diferenças e a tendência global para um excesso de realidade imprimem uma dinâmica indeclinável. Designamos esse resultado por mundo, no qual se manifestam as possibilidades do real, que constituem, afinal, a verdade. A intencionalidade do pro-

32. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, *op. cit.*, pp. 68

33. MOUNIER Emmanuel, *Le personalisme*, Paris: PUF, 1949; apud, éd. életron. PDF, prod. Gemma PAQUET, Chicoutimi (QC): Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec <web: <http://bibliotheque.uqac.ca>> 72-73

cesso do fazer tende para a organização de um conjunto que, pela natureza da sua fundamental apetência, propende para a maior universalização, unificação e diferenciação possíveis.»<sup>34</sup>

Há um provérbio medieval que reza *opus artificem probat*, quer dizer *a obra revela o artífice*, ou também – em opção ousadamente mais “literal”, mas nem por isso menos sugestiva – *a obra põe à prova o artífice*. Preferimos obviamente a segunda acepção. Com efeito, dada a sua tangencial aproximação à estrutura sensorial do paladar (no sentido de *provar, captar o sabor...*), a textura semântica do verbo *provar* envolve uma ambivalência que transfigura a originária percepção gustativa tanto na verificação probatória de um resultado (no sentido de comprovação), como na exposição imprevisível a uma experiência (no sentido de provação). Seja como for, não será de todo descabido dizer que *a obra faz o homem*, tanto mais que, como faz questão de sublinhar J. Cerqueira Gonçalves,

«(...) começa a avultar a ideia de artífice para traduzir a condição do filósofo e também a natureza da filosofia, não só como acção, mas ainda como resultado, como obra, que é a razão de ser do artífice, já que o sentido e o valor deste se medem pela amplitude da obra produzida.»<sup>35</sup>

Concluindo...

J. Cerqueira Gonçalves elabora uma **ontologia da acção** cuja formulação se narra não tanto no pensar de uma verdade “sobre” ou “acerca” do agir, mas na **ontopoiese** de uma **verdade-que-se-faz-obra**, na linha, aliás, daquele discreto inciso aristotélico da *Metaphysica*, segundo o qual «a obra é o fim da verdade prática»<sup>36</sup>. A ética transforma-se, assim, na **obra de toda uma vida** cujo *élan* nos lança para diante, para o que podemos ain-

34. GONÇALVES Joaquim Cerqueira, *Fazer Filosofia. Como e onde?*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 69

35. *Ibid.*, in *Itinerâncias de Escrita*, vol. 2: *Hermenêutica/Filosofia*, op. cit., pp. 76

36. *τέλος ἀλήθεια πρακτικῆς δ' ἔργον*: ARIST., *Metaph.*, II (ω), 1, 993b 21

da vir a tornar-nos, e não para trás, paralisando-nos no que deveríamos ter sido e não fomos ou já não somos capazes de ser.

Ao ser medida de si mesmo e das suas acções, aquele que, em pauta ética, age *cria[ctivamente]* converte-se em medida da acção para os demais: enquanto critério vivo ele não dá a ninguém “lições éticas” sobre a vida, não precisa tão-pouco de “exigir respeito”; diríamos, ao invés, que ele mesmo é uma “lição viva” de ética para todos e, nesse sentido, digno de “admiração”. Admiro J. Cerqueira Gonçalves por isso.